



# GUAIRACÁ REVISTA DE FILOSOFIA

## A METAFÍSICA KANTIANA: UM POSICIONAMENTO TEÓRICO

GILSON XAVIER DE AZEVEDO CORREIO

ROBSON PEDRO VERAS CORREIO<sup>2</sup>

### RESUMO

Este manuscrito ocupa-se da concepção da ideia de Metafísica em Immanuel Kant. Para isso, considerou-se como essenciais dois caminhos, quais sejam: o caminho pré-crítico e sua exposição a partir da primeira e da segunda edição da Crítica da Razão Pura. Para que tal análise prospere recorreu-se aos originais do filósofo em questão e textos de seus comentadores. O problema é que do ponto de vista epistemológico, parece possível que a querela entre o racionalismo (Wolff) e o empirismo (Hume) tenha conduzido Kant. Trabalha-se com a hipótese de que uma prescrição distinta acerca da metafísica da época hipótese deva considerar o fio condutor admitido por

---

1 Pós-doutor em Educação pela PUC-GO (2020); Doutor e Mestre em Ciências da Religião pela PUC-GO. Filósofo pela FAEME, e Pedagogo pela UVA-ACARAÚ e Teólogo pelo MACKENZIE, Pós-graduado em Administração Escolar e Coordenação Pedagógica pela UVA-RJ, Ética e cidadania pela UFG, Filósofo Clínico pelo Inst. Packter e Neuropsicopedagogo pela Cândido Mendes. (gilson.azevedo@ueg.br)

2Doutor em Filosofia (PUC SP); Bolsista CAPES, Mestrando em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, graduado em Filosofia pelo Instituto de Ensino Superior do Centro Oeste, estudante e militante de movimentos sociais, principalmente os ligados a Economia Solidária e a Alfabetização de Adultos (robson.veras@yahoo.com.br).

Kant em sua relação com a metafísica. Aponta-se como resultado a ampliação do debate sobre os meandros kantianos.

Palavras-chave: Metafísica. Crítica da Razão Pura. Racionalismo.

## KANTIAN METAPHYSICS: A THEORETICAL POSITIONING

### ABSTRACT

This manuscript deals with the conception of the idea of Metaphysics in Immanuel Kant. For this, two paths were considered essential, namely: the pre-critical path and its exposition from the first and second edition of the Critique of Pure Reason. In order for such an analysis to prosper, the philosopher's originals and texts by his commentators were used. The problem is that from an epistemological point of view, it seems possible that the dispute between rationalism (Wolff) and empiricism (Hume) led Kant. We work with the hypothesis that a distinct prescription about the metaphysics of the hypothetical era must consider the guiding thread admitted by Kant in his relationship with metaphysics. As a result, the expansion of the debate on Kantian intricacies is pointed out.

Key-words: Metaphysics. Critique of Pure Reason. Rationalism.

## INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo debater a metafísica a partir dos pressupostos de Immanuel Kant. Para isso, este escrito terá seu corpo subdividido em dois momentos. A primeira parte se ocupa da construção histórica do conceito metafísico em Kant, enquanto a segunda se dedica, especificamente, à metafísica prescrita na *Crítica da Razão Pura*. Isso porque a percepção do olhar de Kant para a metafísica é algo que se inviabiliza se partirmos apenas para a leitura específica de sua primeira *Crítica*. O filósofo alemão no âmbito de seus escritos coloca-se lentamente contra o racionalismo e, por conta de suas referências temporais, contra a metafísica racionalista.

De forma *stricto sensu*, este escrito busca realizar um estudo sobre a metafísica, tendo por base o pensamento de Immanuel Kant. Para isso, considera-se todo o arcabouço sistematizado por ele no período compreendido antes da publicação da primeira (1781) e segunda (1787) edições da *Crítica da Razão Pura* e a *Crítica da Razão Pura* em si.

Cabe ressaltar que este manuscrito demonstra unicamente o caráter histórico acerca do conceito metafísico em Immanuel Kant. Por isso, não repousam sobre este

texto os desdobramentos que tais ideias fomentaram no mundo, essencialmente, para a religião.

## 2 A METAFÍSICA PRÉ-CRÍTICA

A metafísica pré-crítica em Immanuel Kant deve ser entendida como o caminho crítico percorrido pelo filósofo de Königsberg em direção à ruptura com o racionalismo. O rompimento substabelecido por Kant conduzirá a metafísica a uma estruturação diferente da prescrita pelo racionalismo e terá sua apoteose na *Crítica da Razão Pura*. Para tanto, o racionalismo visto por Kant não pode ser confundido com toda a tradição do período (Espinoza, Leibniz e Wolff) e nem ser deslustrado por certo dogmatismo. A questão, então, é saber sobre o porquê dos porquês. Assim, para a descrição racionalista, a ciência é metafísica e deve oferecer elementos que provem a existência de Deus, a imortalidade e a imaterialidade da alma. Assim, para alguns racionalistas lidos por Kant, como Descartes, Wolff e outros, havia um fio condutor que relacionava a existência de Deus com a metafísica em uma descrição básica. Para o racionalismo era necessário provar inicialmente a existência de Deus e que a alma seria uma substância diferente da do corpo, para que, somente após isso, se compusesse todo o resto. O que Kant faz é tentar inverter essa lógica. Podemos negar a existência da metafísica porque a ética se auto sustenta. O que não podemos dizer na metafísica em nível teórico podemos fundamentar na ética de forma prática. Em nível teórico, eu não consigo provar que Deus existe e nem dizer nada a respeito dele, mas em nível prático, abre-se caminho para dizer algo a respeito de Deus que seria impossível dizer em nível teórico.

Para uma subscrição segura, precisamos encaminhar a metafísica pré-crítica de Kant a partir de alguns importantes pontos, a saber: a) a observação do *locus* europeu, essencialmente o alemão, b) a observação feita por Kant tanto sobre o ceticismo de Hume quanto o dogmatismo de Wolff, além da síntese de ambos, e c) o imbróglio existente no conceito de metafísica [empiristas, dogmáticos, céticos] o qual Kant vivenciou.

Na Alemanha, e possivelmente em toda a Europa, do início do século XVIII, vivia-se sobre certa égide temporal de profunda efervescência. Quero aqui sugerir a aproximação entre o mundo escolástico, o conhecimento sobre Deus e o conhecimento acerca da natureza, fatores de profunda relevância para o racionalismo. Esses elementos poderiam ser condições suficientes para que a metafísica estivesse fadada a ser o elo de corroboração ante a qualquer que fosse a tese, ou seja, a metafísica poderia servir como sistematizadora da fé e até mesmo da manifestação de divindades. Há, inclusive, hermenêuticas que afirmam que a relação de R. Descartes com a metafísica se sustentou em nome da validação do seu sistema científico. Assim, não haveria nenhuma reflexão tautológica sobre o próprio conceito metafísico, muito pelo contrário, as junções que cercavam esse conceito eram plenamente especulativas e relacionadas a uma possibilidade transcendente, vocacionada a admissão, por exemplo, de um ente (Deus) capaz de julgar e punir.

Diante de todo esse imbróglio temporal e acerca da metafísica, Kant se comporta, até a publicação da primeira edição da *Crítica da Razão Pura* em 1781, de forma diversa. É possível ainda que Kant tenha uma postura histórica diferente em determinados períodos, indicando uma necessidade de avanço e amadurecimento ante aos problemas da época. Para tal, faz-se necessário observar essa característica na qual é possível uma indicação e nominação de alguns períodos:

**TABELA 1 PERÍODOS KANTIANOS**

Primeiro período	1746 até 1759	Obsessão pela metafísica.
Segundo período	1760 até 1766	Desilusão com a metafísica.
Terceiro período	1766 até 1772	Reconciliação parcial com a metafísica.
Quarto período	1772 até 1780	Ruptura com a metafísica.

Fonte: Compilação pessoal

O primeiro período é a época em que o filósofo de Königsberg realiza profundas reflexões. Nessa fase ele busca dar uma fundamentação ao entendimento da metafísica, tendo como resultado o desenvolvimento de uma epistemologia racionalista que poderia justificar a possibilidade da existência de Deus, da providência, da imortalidade da alma e das primeiras causas da natureza. Nesse período, os ideais de Leibniz e Wolff estão aflorados no pensamento da época e em toda filosofia kantiana. É ainda no intervalo de 1746 a 1759 que Kant busca subterfúgios para a descrição de uma metafísica da natureza, ou seja, de uma metafísica que pudesse descobrir as forças inerentes das coisas. Para isso, Kant recorre ao estudo de Leibniz sobre as mônadas. Kant passa a concordar com o argumento de Leibniz, ou seja, a abrangência dos corpos se dão por mônadas, suas principais atividades ocorrem a partir da atração e repulsão.

A preocupação de Kant com a questão das mônadas era significativa, tanto que em 1756 ele publica *Monadologia Physica* (Monadologia Física). O objetivo desse texto seria o de oferecer uma fundamentação para a dinâmica e, particularmente, estabelecer a existência das mônadas. Por isso, em *Monadologia Physica* de 1756, Kant observou ainda que a doutrina metafísica da Monadologia era incompatível com a geometria, dado que uma recusava e a outra afirmava o infinito e a divisibilidade do espaço; o que se tornaria, mais adiante, argumento da segunda antinomia.

No período seguinte, ou seja, de 1760 a 1766, Kant assume uma postura diferente. A ideia do período era apresentar um fundamento capaz de fazer com que a metafísica cruzasse o limiar da ciência. Assim, Kant se opõe definitivamente ao dogmatismo da razão de Wolff e tenta formular uma ciência nos limites da razão humana. A metafísica passa a cortejar a ética. Ainda nesse período, o principal trabalho apresentado por Kant foi *Investigação sobre a Existência dos Princípios da Teologia Natural e da Moral*, escrito em 1763. Esse texto buscava responder à pergunta acerca do concurso oferecido pela Academia das Ciências da Prússia, sobre a natureza das verdades metafísicas e a sua relação com as verdades matemáticas, temática oportuna para época. O contexto dessa obra é vasto, porém, para esse estudo é suficiente à analítica de que a *Crítica da Razão Pura* começava, de fato, a ser gerada a partir dela. Para isso, cabe dizer que a distinção entre os juízos analíticos e

sintéticos tem sua gênese na matemática. Ali, Kant abandona, de maneira absoluta, suas certezas dogmáticas e demonstrativas e conclui que para aquele momento a metafísica deveria se resignar diante do fato de não atingir o mesmo grau de certeza e clareza da matemática. Mesmo assim, Kant passa a defender que o método matemático ainda poderia fundamentar a metafísica. Para que esse problema tivesse solução, em vez do uso matemático dedutivo, a metafísica deveria fazer o oposto, ou seja, seguir o método indutivo das ciências naturais (UD AA 02: II 280), tal relação foi deveras aprofundada por Kant na *Crítica da Razão Pura*.

O terceiro período, aquele que compreende o intervalo entre os anos 1766 a 1772, mostra atentamente que Kant não se desligou da metafísica, pelo contrário, a jornada do filósofo é entrelaçada por conceitos que dariam à metafísica uma ideia de método. Kant, com isso, não despreza o ceticismo, pois este era a única arma capaz de desalinhar qualquer pretensão dogmática. Para ilustrar melhor o pensamento de Kant, nesse período, observe-se que “[...] a concepção da metafísica esboçada por Kant [...] parece ser a completa negação daquele que aparece nos *Sonhos*. O objetivo da metafísica não é determinar os limites da razão humana, mas nos dá um conhecimento racional do mundo inteligível [...]” (BEISLER, 1999, p. 62). Temos, com isso, uma dualidade de conceitos e não sua contradição, ou seja, de um lado temos a sensibilidade (fenômenos) e do outro a racionalidade (números). Para a sensibilidade, podemos entender o caminhar de Kant rumo à definição de espaço e tempo, sendo ela a receptividade de um sujeito afetado pelos objetos na experiência. Já na racionalidade (atividade do sujeito) não há nenhuma criação por meio dos sentidos.

Com isso, no período de 1766 a 1772, a reconciliação parcial com a metafísica presencia Kant já sugerindo uma metafísica no prumo do conhecimento científico, assim como na matemática e na física. Prova disso é o salto que ele mesmo dá ao partir da forma que descrevia a metafísica nos *Sonhos* até o que já descrevia em suas conversas (cartas) com Lambert e Mendelssohn. A metafísica começa a ser introduzida como ontologia.

Para o período de 1772 a 1780, temos uma postura mais contida de Kant, talvez por ter sido o período anterior muito conturbado e de grandes construções. Nesse período Kant propõe, acerca da metafísica, certa ruptura. Muitos de seus contemporâneos acharam extremamente estranho o silêncio do filósofo de Königsberg, porém, esse foi o período da escrita da *Crítica da Razão Pura*. É possível que Kant tenha novamente reunido tudo aquilo que tivera produzido outrora, revisto as cartas à seus alunos e meditado de forma categórica sobre tudo que até ali teria produzido. O Pensamento pré-crítico de Kant tem uma característica bastante apropriada para definir a metafísica, porém há que se considerar o *status quaestionis* do conceito metafísico na Alemanha do século XVIII. Nessa época, tem-se um conhecimento que engatinha em função da tardia chegada do iluminismo (*Aufklärung*), que tem o pensamento de Aristóteles assumido de forma cega e dogmática. O que Kant ensaia durante todo esse período e tem seu ápice na *Crítica da Razão Pura* é a tentativa de livrar o pensamento metafísico da mera ideia da coisa substancialmente metafísica e colocá-lo no centro do conhecimento como objeto da experiência.

## 3 A METAFÍSICA NA CRÍTICA DA RAZÃO PURA: A DISSOLUÇÃO DO PROBLEMA

A metafísica em *Crítica da Razão Pura* tem por desafio natural sistematizar o conjunto de elucubrações que Kant elencou durante praticamente toda sua vida acadêmica. Dentre os problemas nos quais o filósofo se debruça está a busca pela resposta à pergunta: seria possível a metafísica como ciência? A resposta a tal indagação começa a ser formulada antes mesmo da *Crítica*, pois Kant estabelece uma metafísica inteiramente ligada à razão (potência superior de conhecimento), distante da doutrina da natureza e da antropologia. Por assim dizer, sobre a metafísica cabe o argumento de que:

[...] enquanto examinava a parte teórica, considerando o seu esboço completo e a relação recíproca de todas as suas partes, notei que algo de essencial ainda me faltava que, como os outros, eu tinha descuidado nas minhas investigações metafísicas e que, de fato, constitui a chave de todo o mistério da metafísica, que até então estava escondido de si mesma (Br 10: 130 – 131).

A questão em si é a percepção (uso dos sentidos) de como o fundamento metafísico assenta na relação entre o que chamamos de representação (*Vorstellungen*) e o objeto (*Gegenstand*). A questão que solapa o entendimento é a de que os conhecimentos teóricos deveriam, a partir do criticismo kantiano, regular-se pelos objetos, os quais deveriam, ao mesmo tempo, ser conhecidos *a priori*. Isso por serem os objetos regulados pela faculdade de conhecimento. Desse modo, questões como a existência [ou não] de Deus, a imortalidade da alma e a liberdade jamais poderiam ser objeto do conhecimento teórico, pois, à luz disso, é impossível a construção de quaisquer tipos de experiência.

A característica de maior relevância para a metafísica de Kant, conforme sua indicação na *Crítica da Razão Pura*, é a forma como ela é subscrita. A metafísica deve se sustentar como ciência constituída por conceitos puros. Uma ciência que inclua em si os conhecimentos que podem ser obtidos de forma alheia à experiência, teórica, isso com base nas estruturas racionais da mente humana. Por isso, a metafísica kantiana se apresenta como uma possibilidade de ciência racional desde sua concepção, constituindo-se como uma “disposição natural da razão” (Prol., AA 04: 365).

A metafísica teria como objetivo a tentativa de busca por certos ideais da razão. Dessa forma, princípios ‘regidos por leis *a priori*’. Cabe dizer que a possibilidade de sustentação da metafísica como ciência depende da possibilidade de que nela existam conhecimentos puros. Por assim dizer, o estudo da *Crítica da Razão Pura* revela um enorme complexo, algo formulado sobre a lógica de camadas e distante de uma organização transparente e simples. Na *Crítica*, mesmo os títulos de cada alínea não identificam em si a base epistemológica a ser seguida. Isso porque a metafísica kantiana corrobora a ideia de Kant enquanto sistema filosófico. A partir da ideia de sistema, a resposta a todos os problemas e questões da humanidade poderia estar

incluída nessa lógica. Por isso, a própria metafísica, como sistema, seria responsável por dar aos seres humanos a possibilidade de conhecer as coisas do mundo sem nenhuma dependência do caráter divino. Assim, é importante verificarmos esse escrito de Kant em sua abrangência de forma subdividida, quais sejam: a doutrina transcendental dos elementos e a doutrina transcendental do método.

É possível que a doutrina transcendental dos elementos, por sua vez, possua três divisões: a estética, a analítica e a dialética, sendo que a primeira se importa com a sensibilidade, a matemática e proposições como espaço e tempo. A segunda está preocupada com o poder de compreensão, a metafísica de experiências e as ciências naturais, enquanto a terceira se desdobra ante ao poder da razão e à metafísica transcendente. Acerca da doutrina do método, esta é composta por quatro caminhos, dos quais requerem nota, para este estudo, apenas dois: o cânone da razão pura e a arquitetura da razão. O primeiro traz ligeiramente a ideia antropológica, enquanto o segundo se preocupa com o método kantiano.

O conceito sobre a metafísica aparece na *Crítica da Razão Pura* de forma dupla, ou seja, como metafísica da natureza e como metafísica dos costumes. Essa dualidade na forma de percepção da metafísica contradiz a produção que se tinha sobre esse conceito na Alemanha antes do período da escrita da *Crítica*. Isso porque antes de 1781 a proposta da metafísica tinha como objeto a demonstração da relação de “nexo de causalidade entre sujeito e objeto”, o que passou a ser “a razão entre coisas em si e os seus fenômenos” (V-Th/Pölitz AA 28: 21).

A metafísica da natureza no esquema da *Crítica da Razão Pura*, por assim dizer, é subscrita como Ontologia [estética e analítica], Fisiologia [física e psicologia], Cosmologia Racional [antinomias (dialética)] e Teologia Racional [ideal da razão].

### 3.1 OS OBJETIVOS DE KANT PARA A CRÍTICA DA RAZÃO PURA: OS CAMINHOS DA METAFÍSICA

Antes da construção de quaisquer comentários sobre a metafísica, nesse momento, faz-se necessário recorreremos aos objetivos de Kant na escrita de seu texto em 1781. Assim, o problema crítico de Kant (no texto) pode ser subscrito da seguinte forma: a) Articulação do problemas (matemática, física e metafísica), b) unidade interna do problema até suas respostas, c) Dupla dimensão: teórica (é possível a metafísica como ciência? é possível a física e a matemática como ciência?) e prática (ética).

O filósofo de Königsberg se ocupa, inicialmente, da possibilidade da física e da matemática como ciência. Mas antes de pensarmos nas respostas, devemos refletir sobre as perguntas, para isso, temos de entender o que é a ciência, a matemática e a física à luz de Kant. Desde Aristóteles, a ciência se constitui por conhecimentos universais e necessários. Kant, por sua vez, interpreta esse conceito se aproximando da geometria euclidiana e da mecânica de Newton, o que isso significa? Que ambas são modelos de conhecimento científico pela eficiência na produção de conhecimentos universais e necessários, ou seja, Kant localiza a sede

principal do conhecimento *a priori* na sensibilidade e não no entendimento, essa forma de percepção difere Kant dos racionalistas.

O problema de Kant na *Crítica da Razão Pura* é um problema modal, ou seja, com respeito a um tipo específico de necessidade (diferente da necessidade formal). Essa necessidade estaria presente na matemática, na física e na metafísica. Na dedução transcendental, Kant nos diz que o único conhecimento *a priori* possível é aquele referente à experiência. Isso na medida em que acerca dos objetos da experiência existem categorias e intuições (ambas *a priori*) que se encontram no sujeito. Essa é a ideia básica da inversão copernicana de Kant na qual devemos guiar nosso conhecimento dos objetos cognoscentes (categorias e intuições) e não a partir de um objeto existente por si mesmo, se assim fosse, seria impossível o conhecimento *a priori*. Por assim dizer, na primeira metade do século XVIII, a Alemanha possuía uma discussão entre a física de Descartes e a de Leibniz, paralelamente a isso, a física de Newton acaba sendo estabelecida, sobretudo após superar e falsificar a física cartesiana. Cabe dizer que a herança física que Kant assume, embora newtoniana, não possui sua base apenas em Newton, mas nas físicas de Descartes e Leibniz. Sobre a física de Descartes e Leibniz (racionalistas), é importante considerarmos as seguintes convergências: a) a ciência para ambos seria conhecimento universal e necessário; b) tanto Descartes como Leibniz se ocupam da materialização do universo; c) vínculos de suas físicas com suas metafísicas; d) Descartes e Leibniz fundamentam suas físicas em suas metafísicas (vínculo entre a necessidade que caracteriza suas físicas como ciência às metafísicas).

Mesmo adotando a mecânica de Newton, Kant faz sua interpretação a partir do conceito de ciência dos racionalistas. A mecânica newtoniana para Kant é algo além da generalização de dados empíricos ou uma descrição matemática feliz e conveniente dos fenômenos, ela é conhecimento universal e necessário.

Para Kant há dois tipos de conhecimento: o empírico e o *a priori*.

- Conhecimento empírico – é aquele que se funda na experiência. Um conhecimento que se funda na experiência é aquele que tem base nos sentidos.
- Conhecimento *a priori* – é aquele que não pode ser fundado na experiência; a experiência é impossível fundar um conhecimento universal e necessário. O conhecimento *a priori* é universal e necessário.

Sobre a descrição de ciência e das formas de conhecimento, é possível verificarmos que para Kant a mecânica newtoniana (como modelo de conhecimento científico) é ciência e que, como ciência, é conhecimento universal e necessário, ou seja, *a priori*. Dessa forma, a mecânica de Newton é possível como ciência, sendo também possível o conhecimento *a priori* nela.

Já no caso da metafísica, esta seria o segundo elemento do problema kantiano, visto que a física é o primeiro. Para Kant, a metafísica é basicamente a metafísica racionalista, ou seja, a metafísica pretende ser conhecimento de cunho unicamente racional, dado por meio da razão pura. Parece óbvio que esse caminho

leva a entender que para os racionalistas, a metafísica é possível como ciência, ou seja, é possível por meio da razão pura, conhecer verdades que estão além de toda experiência possível. Os racionalistas do século XVII e XVIII acreditavam que a metafísica poderia ser demonstrada e conhecida pela Razão. A confiança que tinham na razão era reflexo da confiança que tinham na matemática. A matemática é o modelo de solidez e rigor por ser perfeitamente demonstrável no campo da razão. O que os racionalistas pretendiam com a metafísica seria a possibilidade de conhecer a realidade última do universo por meio da razão pura [*a priori*]. Por isso o conhecimento da metafísica, como ciência, dependeria da possibilidade do conhecimento *a priori* por meio da razão pura.

Assim, tanto a mecânica de Newton como a metafísica buscam obter conhecimentos *a priori*. A mecânica newtoniana consegue construir um conjunto de conhecimentos que são aceitos por todos e confirmados pelos fatos existentes. Já a metafísica não. Por isso, seria equívoco interpretar a metafísica como não sendo possível como ciência por transcender os limites da experiência, mas por buscar ser conhecimento universal e necessário, *a priori*. No caso da física a possibilidade se inverte, ela é possível como ciência porque tem sua base unicamente na experiência a partir de um olhar nas vias das categorias e intuições *a priori*.

## 3.2 COMO SÃO POSSÍVEIS JUÍZOS SINTÉTICOS A PRIORI.

É sabido que a base do conhecimento *a priori* é a necessidade. Assim, o problema em conhecer algo está na necessidade, mas como saber o que é a necessidade? Para nos aproximarmos dessa resposta, alguns contemporâneos de Kant conseguiram ser precisos na definição do que é necessidade lógico-formal. Cabe ressaltar que algo necessário é aquilo cuja negação é impossível ou implica certa contradição. Os princípios lógicos são os princípios da razão pura, sendo o de contradição um dos principais. Assim, ao me apoiar na razão pura posso fundar conhecimento necessário do ponto de vista lógico-formal, nisso, um tipo de saber *a priori*.

A razão fracassa na produção de conhecimentos *a priori* na metafísica porque não busca um conhecimento necessário do ponto de vista lógico-formal, o único que a razão pode fundar. Se a ciência físico-matemática obtém êxito, isso ocorre por ela ser capaz de produzir um conhecimento necessário que não se baseia na razão pura. Um conhecimento necessário se baseia na lógica. Desse modo, o que acontece quando um conhecimento é necessário e, no entanto, possui uma necessidade de tal natureza que tampouco pode ser fundado no princípio da contradição, dito de outra forma, como são possíveis juízos sintéticos *a priori*?. O problema kantiano então é explicar a fonte de uma necessidade que não é lógico-formal [sem base no princípio da contradição], não sendo analítica, mas sintética. Essa situação pode ser demonstrada envolvendo a mecânica newtoniana, ou seja, para Kant a mecânica de Newton pressupõe conhecimentos *a priori* que não são logicamente necessários, ou seja, a mecânica de newtoniana entende a existência de conhecimentos puros cuja negação seria impossível.

## 4 AS ANTINOMIAS

A metafísica não consegue obter conhecimento *a priori* porque a razão pura não é capaz de outra coisa a não ser fundar conhecimentos com necessidade lógico-formal. É claro que mesmo a metafísica não sendo possível como ciência, Kant entende que ela é importante. As questões das quais a metafísica se ocupa não são passíveis de ser respondidas pela razão, isso porque cabe à Razão procurar pelo porquê dos porquês. Esse tipo de pergunta, invariavelmente, subscreve a ideia de Deus ou de um substrato último de todos os fenômenos psíquicos. Isso significa que a razão ao tentar buscar respostas acerca do Absoluto, contradiz a si mesma.

TABELA 2 ANTINOMIAS KANTIANAS

ANTINOMIAS
Tese: há uma causa livre;
Antítese: toda causa é causada.
Sem causalidade não existe lei e tão pouco ciência.
Sem liberdade não há ética.

Fonte: Compilação pessoal

Para que possamos compreender toda essa conjuntura de contradições, cabe recorrermos a um exemplo, a saber, entre liberdade e determinismo.

## 5 O PROBLEMA PRÁTICO

A preocupação principal de Kant é prática (ética). O problema de uma fundamentação ética parte pela resposta a pergunta: por que devo? A questão então é fundamentar a objetividade do dever, isto é, sua universalidade e necessidade. Como já escrevemos, não podemos fundamentar a universalidade e a necessidade (por ser *a priori*) empiricamente. Isso porque a experiência não pode afirmar como os homens devem se comportar. Assim, se há universalidade e necessidade na ética essa pode ser fundada de forma *a priori*. Por assim se apresentar, sabemos que a razão é uma faculdade de conhecer não-empírica. Assim, a fundamentação ética em Kant assume a prerrogativa de ser uma fundamentação racional.

Embora tenha sido comentado acerca da Razão à luz da metafísica e agora na da ética, isso não quer dizer que há uma duplicidade de conceitos acerca da razão, pelo contrário, Kant defende uma unidade no conceito. Mesmo assim, cabe dizer que embora haja na razão uma unidade, a forma em que ela se apresenta no modo teórico e no modo prático é em cada caso diferente. No teórico, a razão, ao buscar a condição do condicionado, via-se remetida à ideia de um absoluto, que nada poderia determinar sem contradição. Por isso, a ideia de incondicionado, à qual a Razão é conduzida, se impõe como um fato irreduzível, é, nesse caso, o absoluto do dever. Por isso, a consciência do dever é um *Faktum* da Razão. Kant, diante da questão “Por que devo?”, diz que “devo” porque sou um ser racional. Por isso, em Kant, essa pergunta não se permite ser feita a ninguém a não ser por mim e a mim mesmo enquanto ser racional. A fonte única do dever não é outra coisa senão a razão; a moralidade, a autolegislação de um ser racional. A Razão enquanto razão

prática dita sua lei. Essa lei não tem nenhuma base transcendente a ela, mas apenas de si mesma. A razão é a única e verdadeira fonte da objetividade prática.

Mesmo assim, a resposta não está completa: Ora, a razão é fonte das leis práticas e estas são apresentadas em forma de imperativos “tu deves”. Na verdade não devo porque sou um ser racional, mas sim porque, sendo um ser racional, não sou um ser total ou exclusivamente racional, mas também sensível, submetido a impulsos e paixões. Um ser absolutamente racional seguiria a lei ética de forma espontânea. A lei só é um imperativo porque conta com o caráter humano de transgressão. A razão prática possui assim, algumas noções como legalidade, vontade, liberdade e autonomia, estas estão contidas no pensamento de Kant por múltiplas relações de reciprocidade. Por isso, o próprio conceito de liberdade possui, em sua gênese, um sentido político e um sentido metafísico. O metafísico associa a liberdade ao livre-arbítrio (faculdade de fazer ou não as coisas). Ainda para esclarecer o conceito de liberdade, é necessário aproximá-la de outro conceito, nesse caso o de legalidade. O ser livre não é aquele que age sem lei alguma, mas aquele que impõe a si mesmo a sua própria lei (por que devo?). A liberdade é uma propriedade da vontade. A vontade é um modo de causalidade próprio dos seres racionais. Uma vontade livre é uma vontade autônoma. Vontade livre e vontade submetida às leis morais são a mesma coisa. A lei moral é a legalidade de uma vontade livre. Enquanto no campo teórico a liberdade estava imbricada em antinomias, no campo prático ela é legitimada e recebe seu conteúdo. Se no racionalismo a demonstração (metafísica) de nossa liberdade é pressuposto absolutamente imprescindível da tese da nossa eticidade. Em Kant, a verdadeira fonte do meu conhecimento é a eticidade. A consciência do dever (*Faktum* da Razão) é o que está sobre qualquer possibilidade de dúvida (“eu devo” “eu posso”).

## 6 A SOLUÇÃO DO PROBLEMA TEÓRICO

Temas como a autolegislação, assim como espontaneidade, são questões importantes para a resposta da solução prática e fazem parte do caminho para a solução do problema teórico. Kant realiza uma virada, se antes dele a fundamentação da ética era teológica e/ou metafísica, a mesma coisa era pensada com o conhecimento. Há uma exemplificação textual usando a forma em que Descartes se remete a um fundamento último sempre relacionado à transcendência, a própria física de Descartes possui sua fundamentação na metafísica e, em última instância, em Deus. Por assim dizer, Kant, assim como na ética, não baseia o dever em Deus, mas na razão, ou seja, no sujeito prático, fundando assim o conhecimento *a priori* no próprio sujeito cognoscente (em Descartes o *a priori* possuía sua origem na razão / racionalismo). A ideia principal que orienta a solução do problema da *Crítica da Razão Pura* é denominada por Kant (metaforicamente) como inversão copernicana (os objetos regulam-se pela faculdade de conhecer). Copérnico entende que ao invés de termos um sol que gira em torno da Terra, faz-se a inversão, sendo a Terra que gira em função do sol. Kant faz algo parecido, entende que a única forma de explicar a possibilidade do conhecimento *a priori* é colocando o objeto em função

do sujeito, visto que o sujeito não é passivo no conhecimento do objeto, mas ativo e colaborador em seu processo de constituição.

Assim, o princípio que rege a ideia de possibilidade de conhecimento *a priori* é a de que o sujeito só pode conhecer *a priori* aquilo que ele produz (sendo impossível o seu inverso), sendo este completamente dependente de seu criador. Por isso, devemos compreender a forma em que a realidade nos é apresentada. A realidade, como ela de fato é, me é incognoscível. Só posso conhecer dela o modo como ela me aparece. A forma que ela me aparece dependerá não só dela, mas de mim. É exatamente por meio dessa forma de aparecimento que posso conhecer algo *a priori* dela. O sujeito só pode conhecer (e só pode conhecer *a priori*) os fenômenos, mas não as coisas em si (motivo pelo qual o conhecimento *a priori* é possível na física e não na metafísica). É a partir desse entendimento que podemos chegar às origens das contradições da razão consigo mesma na metafísica. A razão cai em contradição porque ao introduzir a ideia de incondicionado na análise regressiva das condições (porquê dos porquês) trata o que é um fenômeno como se fosse uma coisa em si.

Sabemos que o único conhecimento *a priori* possível refere-se aos fenômenos (o sujeito cognoscente possui categorias e intuições). Conhecimento *a priori* (depende de nós) é conhecimento universal e necessário. Assim, há universalidade e necessidade no fenômeno. Conduzindo o problema da Crítica da Razão Pura à sua menor dimensão, ela consiste em fundamentar uma necessidade sintética de caráter universal. Submete-se a essa necessidade sintética de caráter universal apenas os fenômenos (possibilidade de ciência). O passo seguinte de Kant será deduzir a necessidade universal à qual os fenômenos estão submetidos: os fenômenos não existem em si, mas para mim. Fenômenos são minhas representações e estas só existem porque eu sou consciente delas (se eu não as acompanho... não são minhas).

## CONCLUSÃO

A ideia de representações, ou seja, de minhas representações nada mais é que a consciência. Para que algo seja minha representação eu tenho de ter consciência dela. Todo fenômeno está submetido a uma condição necessária, a condição de consciência. O que Kant entende é que dentro de uma única consciência há uma relação necessária entre os fenômenos, Kant chama isso de dedução transcendental (a derivação de uma necessidade por outra necessidade). A reunião de todas as representações em uma consciência é necessária e ao mesmo tempo universal, sendo aqui que encontramos a origem última da necessidade e universalidade, que estava na base das ideias de conhecimento *a priori*.

## SIGLAS CITADAS À LUZ DAS OBRAS ORIGINAIS DE KANT:

**AA** - *Akademie-Ausgabe*.

**UD** - *Untersuchung über die Deutlichkeit der Grundsätze der natürlichen Theologie und der Moral*.

**BR** - *Briefe*.

**V-Th/Pölitz** - *Vorlesungen über die philosophische Religionslehre*

**ProI** - *Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik*

**TG** - *Träume eines Geistersehers, erläutert durch die Träume der Metaphysik*

**KpV** - *Kritik der praktischen Vernunft*.

## REFERÊNCIAS

ARANA, J. **Ciencia y metafísica en el kant pré-crítico** (1746-1764). Sevilla: Universidade de Sevilla, 1982.

BAUMGARTEN, A. G. **Metaphysica**. Halle: Hemmerde, 1739.

BEISLER, F. **Kant's Intellectual Development**. In: GUYER, P. (org.) *The Cambridge Companion to Kant*. United Kingdom: Cambridge University Press, 1992.

DESCARTES, R. **Meditações sobre Filosofia Primeira**. Coleção Multilíngues de Filosofia. Notas e tradução Fausto Castilho. São Paulo: Editora Unicamp, 2004.

GARDNER, Sebastian. **Kant and the Critique of Pure Reason**. New York: Routledge Philosophy Guidebook To, 1999.

GUYER, P. **Absolute idealism and the rejection of Kantian dualism**. In: AMERIKS, K. *German idealism*. New York: Cambridge University Press, 2000.

HÖFFE, O. **Kants Critique of Pure Reason: The Foundation of Modern Philosophy**. *Studies in German Idealism*, Vol. 10. Nova York: Springer, 2009.

HOLZHEY, H and MUDROCH, V. **Historical dictionary of Kant and kantianism**. Maryland: Scarecrow Press, 2005.

KANT, I. **Briefe, Erklärungen**: Fragmente aus seinem Nachlasse; h. a. g. von F. W. Schubert. Leipzig, 1842.

\_\_\_\_\_. **Crítica da razão pura**. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão; Introdução. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

\_\_\_\_\_. **Crítica da razão prática**. Trad. de Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Critique of pure reason**. 5ª edição. Trad. Norman Kemp Smith. Londres: Macmillan and co, 1918.

\_\_\_\_\_. **Critique of pure reason**. New York: Cambridge University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. **Investigação sobre a natureza dos princípios da teologia natural e da moral**. Tradução: Carlos Morujão, Américo Pereira e Mônica Dias. Lisboa: CEFI, 2006.

\_\_\_\_\_. **Leçons de métaphysique.** Publies M. Pölitz. Trad. J. Tissot. Paris: Livrarie Philosophique de Ladrage. 1843.

\_\_\_\_\_. **Prolegómenos a toda a metafísica futura que queira apresentar-se como ciência.** Trad.: Artur Morão, Lisboa: Edições 70, 1982.

\_\_\_\_\_. **Sonhos de um visionário explicados por sonhos da metafísica.** In: SANTOS, L. R. Escritos pré-críticos. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

\_\_\_\_\_. **Vorlesungen über die philosophische Religionslehre.** Herausgegeben von K.H.L. Pölitz. Leipzig: Taubert'schen, 1930.

LEIBNIZ, G.W. **Ensaio de teodiceia sobre a liberdade do homem e a origem do mal.** São Paulo: Estação Liberdade, 2013.

PATON, H.J. **Kant's Metaphysic of Experience.** London: George Allen e Unwin LTD, 1936.

PERIN, A. **O Problema da unidade da razão em Kant.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

PETERS, W. **A relação de Kant com Lambert.** Studia Kantiana, 09, 2009. Artigo: A metafísica como caminho para a construção de uma ética, Jul./Dez. 2016.

PORTA, M. A. G. **A Filosofia a partir de seus problemas.** Didática de aprendizagem e metodologia do estudo filosófico. 2. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

SCHÖNFELD, M. **Philosophy of the Yong Kant.** New York: Oxford University Press, 2000.

WATKINS, Erich. **Kant and the metaphysics of causality.** New York: Cambridge University Press, 2005.